

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO N^º , DE 2013 (Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Requer o envio de documento a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann solicitando o resultado da análise de ocupação territorial e uso das terras, realizada pela Embrapa.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e após ouvido o plenário desta Comissão, solicito o envio de documento a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, requerendo o resultado da análise de ocupação territorial e uso das terras rurais realizada pela Embrapa nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e que utilizou técnicas de interpretação de imagens de satélites anteriores ao ano 1988, cartografia digital e demais informações.

No mesmo documento, é importante sugerir que o trabalho já realizado pela Embrapa seja entendido para identificação das áreas ocupadas por grupos indígenas em outros estados brasileiros, onde também ocorrem conflitos entre índios e produtores rurais, como por exemplo, nas localidades de Ilhéus, Una e Buerarema (tribo Tupinambá de Olivença), na Bahia; em Pompéu e Martinho Campos (tribo Kaxixó), Itacarambi e São João das Missões (tribo Xakriabá), em Minas Gerais; em Amarante (tribo Governador), no Maranhão; em Palmeira dos Índios (tribo Xukuru), em Alagoas; e em Araguaçu, no Tocantins, entre outras que possam ser sugeridas por este colegiado.

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos um clima de tensão desnecessário e indesejado motivado pelos conflitos indígenas nas áreas rurais. O respeito ao marco temporal, previsto no parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição Cidadã, que considera terras indígenas aquelas ocupadas na data de 5 de outubro de 1988, é um dos principais pontos abordados nas discussões em andamento sobre o tema.

O conhecimento e análise do estudo realizado pela EMBRAPA é fundamental para o prosseguimento das discussões sobre os processos de demarcação de terras indígenas naqueles estados, bem como para orientar o posicionamento dos parlamentares em discussões afetas a esse tema.

Com base nas imagens orbitais de satélites, bancos de dados geoespaciais e trabalhos de campo, será possível estabelecer parâmetros inquestionáveis a respeito das áreas historicamente pertencentes aos diversos grupos indígenas.

Tais dados são decisivos para o esclarecimento destes questionamentos, que contribuirão para devolver a paz e a segurança jurídica, imprescindíveis ao campo brasileiro.

Sala da Sessão, em 5 de novembro de 2013.

Deputado LUIS CARLOS HEINZE